

## ATA DA XXXIX REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

14 de março de 2018

Às 14h30min do dia 14 de março de 2018, deu-se início a XXXIX Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios, na Sede Administrativa da ESEC, situada na BR 101, km 531,5, Mambucaba/Paraty.

Compareceram à reunião os conselheiros: Luiz Fernando Guimarães Brutto (ESEC Tamoios); Diego Pereira Mendes (BIOMA); Bruno Andrade (SEAAP - Angra dos Reis) e Adriana Hoffgen (Secretaria de Desenvolvimento Urbano), da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis; Alaíde Magalhães e Humberto Santos do Carmo, representantes da Prefeitura Municipal de Paraty; Aldo de Bulhões Lara (Associação de Moradores de Tarituba); Renato Freitas do Rosário (IED-BIG); José Renato Porto (Uff), Tiago Oliveira Menezes (FIPERJ); Adelino Castro (Associação de Pescadores da Praia de São Gonçalo); Maria Tereza M. de Széchy (UFRJ); Suzana M. Ramineli (Projeto Cavalos do Mar); Vagno Martins da Cruz (Associação de Moradores de São Gonçalo); João Pedro Garcia Araújo (Eletronuclear); Mírian de Freitas Reis (Associação de Moradores da Praia Vermelha); Ricardo Rodrigues (Convention Bureau); Marcelo Tavares da Conceição e Júlio Magno (Propescar); José Carlos Pedrosa (APEPAD). E ainda, Rodrigo Rocha Barros, do JBRJ, e equipe da ESEC TAMOIOS; chefe substituto e analista ambiental Eduardo Godoy Aires de Souza; analista ambiental Sylvia Chada, estagiária Aliane Alves da Fonte Motta e voluntária Cristiane Xavier.

O presidente do conselho, Fernando Brutto, iniciou a reunião dando as boas vindas e abrindo para uma rodada de apresentações. Em seguida, sobre o ponto de pauta de homologação das instituições que formarão o conselho, destacou que o conselho não deve ser um espaço somente de parceiros, sendo importante a participação dos municípios, das comunidades, que é onde as coisas acontecem, do turismo, das universidades. O momento agora é o de homologação do conselho, para isso precisamos reunir os ofícios de indicação dos representantes de cada uma das entidades. Lembrou que deve haver um equilíbrio entre órgãos públicos e sociedade civil, mas que pode ter uma representação um pouco maior da sociedade civil. Enfatizou a importância dos conselheiros trazerem assuntos para serem incluídos nos pontos de pauta das reuniões, da importância de dialogar com todos os conflitos. Por fim, sugeriu uma inversão de pauta, começando a reunião pelos informes, em particular o informe sobre o processo de licenciamento da etapa 3 do pré-sal, com a realização de audiência pública em Angra dos Reis na véspera, com a participação de vários dos conselheiros presentes.

Fernando Brutto começou abordando como se dá o processo de licenciamento, o responsável é o IBAMA, que tem que consultar o ICMBio no processo, pois existem unidades de conservação federais afetadas pelo empreendimento. O ICMBio emite

uma ALA – Autorização para Licenciamento Ambiental, com condicionantes que devem ser incorporadas na licença emitida pelo IBAMA. Informou que a ESEC Tamoios, a APA Cairuçu e o Parque Nacional da Serra da Bocaina irão elaborar uma manifestação. Informou também que hoje temos entre 6 a 8 milhões previstos de compensação ambiental, no âmbito dos licenciamentos das etapas 1 e 2. Destacou a edição da Medida Provisória nº 807/2017 que facilitou o pagamento dos recursos de compensação ambiental, mas que precisa ainda ser votada no congresso nacional. Em relação ao estudo de impacto ambiental apresentado, destacou o capítulo II.6, onde são detalhados os impactos e se há ou não interferência sobre as UCs, indicando quais unidades serão afetadas; de que forma cada uma será afetada; as conseqüências previstas para cada unidade e se há populações tradicionais que dependem dos recursos naturais da UC. O capítulo II.7 apresenta as medidas mitigadoras e compensatórias. De acordo com o EIA-RIMA, a ESEC Tamoios estaria incluída somente nos impactos potenciais, e não nos efetivos. Não é considerado, por exemplo, o aumento das embarcações de apoio na baía da Ilha Grande como um impacto efetivo para a UC. Ou o impacto do coral-sol na diminuição da produtividade pesqueira. Diego, do BIOMA, perguntou qual seria o prazo para o envio de manifestações. Brutto respondeu que seria até meados de abril. Susana, do Projeto Cavalos do Mar perguntou sobre o risco de colisão das grandes embarcações do pré-sal com cetáceos. Brutto diz que consta esse impacto no EIA-RIMA, mas que este não seria um argumento para a ESEC Tamoios. Rico, do Convention Bureau, perguntou qual seria a base das operações do pré-sal. Brutto respondeu que segundo o EIA-RIMA, seria só o Rio de Janeiro. Magno, da Propescar, considera que o acesso pelo porto de Angra seria uma temeridade para a pesca e para o turismo, e lembrou que a chegada da Technip em Angra foi para ser base para o pré-sal. Brutto sugeriu que seja feita uma manifestação pelo Setor de Turismo, que pode ser afetado tanto em Angra quanto em Paraty, contestando a informação do estudo que a interferência seria só no município do Rio de Janeiro. Magno diz que não existe a pesca industrial no EIA-RIMA. Vagno, da Associação de Moradores de São Gonçalo, diz que os navios aliviadores não fazem parte do licenciamento, entram somente como “rota” e que cada vez mais a Marinha vai estar autorizando fundeio dentro da baía da Ilha Grande (gerando áreas de exclusão de pesca) e que a Marinha não dialoga com os municípios. Eduardo Godoy lembrou que a rota para o porto de Angra passava por dentro do bloco de Imboassica e que através do diálogo houve mudança da rota, uma vitória na época, destacando a necessidade de aproximação com a Marinha. Rodrigo, do JBRJ, lembrou que no licenciamento ambiental da etapa 1 Angra e Paraty sequer estavam incluídos como áreas afetadas e que foi a mobilização e manifestação do Mosaico Bocaina que forçou a inclusão dos municípios no processo. Magno enxerga vários equívocos nos estudos apresentados: se os levantamentos ocorreram no período de defeso, por exemplo, não correspondeu a realidade quanto ao trânsito de embarcações da pesca industrial; não são considerados danos nos equipamentos de pesca devido ao trânsito das

embarcações do pré-sal; não existem estudos sobre a possibilidade de desvio dos cardumes por conta da movimentação da exploração, se interferir na rota dos cardumes de sardinha, por exemplo, seria o fim da pesca industrial de Angra dos Reis. José Renato, da Uff, lamenta que a estrutura da audiência pública vire uma farsa, a fragmentação do processo de licenciamento ambiental não permite se analisar os impactos da forma como se dão nos territórios, a audiência fica insossa, desestimula a participação e é insuficiente. Marcelo, da Propescar, considera que os órgãos públicos que participaram da audiência estavam muito mal preparados, que muitas perguntas não tinham relevância, que a pergunta do Magno foi a única que deixou o empreendedor sem ter o que responder. Mírian, da Associação de Moradores da Praia Vermelha, lembrou que muitos receberam o RIMA de última hora. Fernando Brutto acredita que a audiência em Caraguatatuba, que acontecerá dia 20 de março, poderá ter uma participação mais qualificada, com manifestações coletivas. Magno destacou a fragilidade do setor pesqueiro, lembrando o que aconteceu na baía de Sepetiba com os últimos derramamentos de óleo do TEBIG. Brutto mais uma vez reforçou que os Setores se manifestem no processo. Vagno lembrou que as falas nas audiências dão subsídios para o IBAMA pensar nas condicionantes e que não dá para exigir dos pescadores. Magno pergunta o quanto que se investiu no setor pesqueiro. Marcelo diz que o fluxo de grandes embarcações vai dobrar na baía. Vagno lembrou da condicionante de caracterização das comunidades tradicionais, que somente com a cobrança do MPF foi reconhecida pela Petrobrás. Encerrando esse ponto da reunião, recepcionando as colaborações, Brutto ficou de apresentar na próxima reunião a manifestação das UCs federais.

Em relação a homologação das instituições e representantes do conselho, foi estendido até 14 de abril o prazo para o envio dos ofícios ou mails com as confirmações de aceite e indicações dos nomes. Por fim foi apresentado o Relatório de Gestão de 2017 da ESEC Tamoios. Na apresentação das ações da UC em relação ao coral-sol, Rico (Convention Bureau) perguntou por que será que na Ponta Leste tem tão pouco coral-sol, lembrando que as Ilhas de São João e Botinas estão infestadas, assim como a Lagoa Verde. Eduardo lembrou que o epicentro de disseminação do coral-sol na baía da Ilha Grande foi o Bananal, onde as plataformas ficavam fundeadas. Rico diz que ninguém mais acaba com o coral-sol, que quanto mais raspa, mais cresce. Eduardo diz que a retirada ainda é experimental, que é necessário um plano de ação mais efetivo e que o setor de turismo poderia estar contribuindo também. Vagno pergunta se o coral-sol não poderia estar sendo considerado no estudo dos impactos cumulativos na baía, Eduardo espera que sim. Brutto informa que na baía de todos os Santos foram destinados 24 milhões para o programa de monitoramento ambiental, foco no coral-sol. E que no EIA –RIMA da fase 3 do pré-sal não há nada indicado para a baía da ilha Grande, que atualmente se transformou em foco de contaminação por coral-sol. Continuando a apresentação do Relatório de Gestão, Brutto convidou os conselheiros a participarem das atividades de monitoramento. Com relação a atividade

de repovoamento de vieiras, feita em parceria com o IED-BIG, Rico lembrou que as vieiras gostam de locais escuros, e que ocupam mais os locais onde passa a corrente de vazante. Na apresentação das atividades de fiscalização, Bruno, da Secretaria de Pesca de Angra dos Reis, questionou as autuações feitas a partir do PREPS. Brutto lembrou que há respaldo legal para ser fazer as autuações mas reforçou a necessidade de marcarmos uma agenda específica sobre o PREPS com o Setor de Pesca industrial. Bruno ficou responsável de marcar a agenda em Angra dos Reis. Por fim, Sylvia apresentou as atividades de educação ambiental, com destaque para o programa de recepção de escolas na sede da UC e o programa de voluntariado. Foram agendadas mais 2 reuniões ordinárias para 2018, nos dias 13 de junho e 07 de novembro, e a retomada das atividades da câmara temática de aquíicultura e pesca, que marcará a primeira reunião neste primeiro semestre. A reunião foi encerrada às 17:20. Redigiu a presente ata Sylvia de Souza Chada, que vai assinada por mim e pelo presidente do conselho.

---

Sylvia de Souza Chada

---

Luiz Fernando Guimarães Brutto